

O MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA torna pública as respostas às contribuições da Consulta Pública do Edital e Anexos da licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA para a Concessão dos Serviços de Iluminação Pública no Município, incluindo a IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE SANTA LUZIA/MG.

1 Radar PPP Ltda

| Nº | DOCUMENTO | ITEM | ESCLARECIMENTO SOLICITADO | Resposta |
|-----|-------------------------------------|-----------------------------|--|--|
| 1.1 | Edital / Anexo 1 Minuta de Contrato | 5.4.4 e 21, respectivamente | Sugere-se a revisão do referido item tendo em vista que a concessionária deve ser incentivada a manter o cronograma de modernização dentro dos parâmetros e prazos originalmente previstos. Neste sentido, a prorrogação de todo o cronograma de pagamento dos aportes na hipótese de atraso no cumprimento de algum marco vai no sentido oposto ao interesse de otimização do cumprimento dos marcos. | SUGESTÃO PARCIALMENTE ACATADA Agradecemos pela sugestão e comunicamos que o referido item será reavaliado. |
| 1.2 | Edital | 11.2 | Sugere-se que seja realizada a inclusão da assinatura das consultorias independentes com atuação na construção da modelagem econômico-financeira, para além das instituições e entidades financeiras, sendo exigência a comprovação da sua experiência na estruturação de projetos de PPP no setor de Iluminação Pública. Tais empresas deverão atestar o mesmo tipo de exigência referenciada para as instituições ou entidades financeiras, assinando os referidos documentos declaratórios contidos no Anexo 2 do Edital. Solicitamos tal extensão por entender que tal exigência, não raro, (i) gera pouca ou nenhuma segurança para o leilão, dado que a carta não gera nenhum compromisso | SUGESTÃO NÃO ACATADA. Agradecemos pela sugestão e comunicamos que a mesma não será acatada. Para fins do presente Edital, é de suma importância que a análise do plano de negócios das proponentes seja realizada por instituição financeira devidamente qualificada. |

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|-----|--------|--------|---|--|
| | | | ou obrigação às instituições que as emitem; (ii) não seria possível ou desejável a alteração dos termos desta carta; (iii) imputa aos licitantes uma obrigação pecuniária para sua emissão incompatível com a geração de valor para licitação; (iv) não raro, são imputadas obrigações adicionais diversas ao solicitante da carta, por estas instituições, como condição precedente para sua obtenção (ex.: preferência para estruturação financeira do projeto; preferência para realização de empréstimo ponte; contratação de carta fiança; dentre outras). Assim sendo, se a intenção da Administração for obter uma segurança adicional acerca dos termos da Proposta Comercial submetida, não há ator mais capacitado para sua emissão do que uma empresa de consultoria, experimentada na estruturação de projetos, contratado pelo cliente para subsidiar a construção do Plano de Negócios e da Proposta Comercial. | |
| 1.3 | Edital | 11.4 | Sugere-se retirar o prazo mínimo de proposta substituindo para prazo fixo de 180 dias de forma que todas as propostas comerciais sejam entregues sob parâmetros idênticos. | <p>SUGESTÃO NÃO ACATADA.</p> <p>Agradecemos pela sugestão e comunicamos que a mesma não será acatada.</p> |
| 1.4 | Edital | 12.5.1 | Considerando que o valor de R\$ 5.000,00 representa apenas 0,3% da Contraprestação Máxima sugere-se a elevação do intervalo mínimo para R\$ 10.000,00 | <p>SUGESTÃO PARCIALMENTE ACATADA</p> <p>Agradecemos pela sugestão e comunicamos que o referido item será reavaliado.</p> |
| 1.5 | Edital | 12.5.3 | Sugere-se a revisão do critério estipulado para “serão admitidos lances intermediários, assim entendidos como aqueles que sejam de valores superiores ao melhor lance até então ofertado durante a respectiva rodada de lances e inferiores ao último lance dado pela proponente, observado o valor do lance mínimo previsto na cláusula 12.5.1”. A referida | <p>SUGESTÃO PARCIALMENTE ACATADA</p> <p>Agradecemos pela sugestão e comunicamos que o referido item será reavaliado.</p> |

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|-----|--------|--------|---|---|
| | | | alteração decorre de dois aspectos principais (I) trazer maior economia ao Município caso ocorra a desclassificação / inabilitação do primeiro colocado (II) otimizar a opção do Município pela realização de lances verbais na B3. | |
| 1.6 | Edital | 13.3.2 | O edital prevê como um dos requisitos de habilitação econômico-financeira a “apresentação do balanço patrimonial do último exercício social, acompanhado dos termos de abertura e encerramento do livro diário, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios”. Por outro lado, a Lei Nº. 8.666/93 em seu art. 31º determina que a documentação a ser apresentada para efeitos de habilitação econômico-financeira compreende, dentre outras, a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis que comprovem a boa situação financeira da empresa. Neste sentido, quais serão os critérios objetivos que serão utilizados pelo Município de Santa Luzia/Comissão Especial de Licitação para habilitar ou inabilitar um licitante baseado neste dispositivo do edital? Existirá alguma análise qualitativa ou quantitativa quanto a boa situação financeira da empresa? | <p>SUGESTÃO NÃO ACATADA</p> <p>Agradecemos pela sugestão e comunicamos que a mesma não será acatada. O requisito indicado corresponde ao disposto no inciso I, do art. 31 da Lei nº 8.666/93, que informa que o balanço patrimonial deve ser apresentado na forma da lei, devendo, portanto, cumprir os requisitos específicos da legislação que regulamenta a apresentação de demonstrações financeiras do respectivo tipo societário.</p> |
| 1.7 | Edital | 13.3.4 | Sugere-se que seja acrescida a possibilidade de apresentação de contrato de Concessão assinado, podendo esse substituir as declarações e/ou atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado contratantes da execução do empreendimento. | <p>SUGESTÃO NÃO ACATADA.</p> <p>Agradecemos pela sugestão e comunicamos que a mesma não será acatada. A Lei nº 8.666/93 é clara em mencionar que a comprovação se faz por meio de atestados.</p> |
| 1.8 | Edital | 15.4.1 | Sugere-se a substituição da exigência de assinatura da carta pela mesma instituição financeira que assinou a carta prevista no subitem 11.2, por assinatura da carta por instituição que cumpra os mesmos requisitos apresentados no subitem 11.2. A referida solicitação baseia-se em dois aspectos (I) a recusa de | <p>SUGESTÃO NÃO ACATADA</p> <p>Agradecemos pela sugestão e comunicamos que a mesma não será acatada. É pressuposto da exequibilidade dos valores apresentados pelas proponentes que a mesma</p> |

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|------|------------------------------|------------|---|--|
| | | | assinatura da carta com os valores apurados após a etapa de lances poderia ensejar execução da garantia de proposta, sem que a concessionária tenha dado causa a referida situação (II) O interesse público de conferência da exequibilidade dos valores por instituição independente continuaria assegurado mediante a apresentação de carta que atenda aos mesmos requisitos exigidos para a proposta constante no envelope 02. | metodologia de análise da proposta inicial seja estendida ao valor apresentado após a fase de lances. |
| 1.9 | Edital | 17.2 | Sugere-se que seja incluindo no subitem a possibilidade de prorrogação do prazo por igual período mediante justificativa da Concessionária e aprovação do Poder Concedente, considerando a gravidade das penalidades em caso de atraso no cumprimento do referido prazo. | SUGESTÃO PARCIALMENTE ACATADA Agradecemos pela sugestão e esclarecemos que em atenção ao princípio dos atos administrativos a decisão do Poder Concedente deverá considerar eventual justificativa da Concessionária. |
| 1.10 | Edital | 17.3 (iii) | Sugere-se a alteração do valor a ser integralização para R\$ 10.000.000,00 considerando que: (I) o valor estimado do contrato é de R\$ 300.000.000,00, sendo o valor de R\$ 333.000,00 incompatível com os investimentos necessários no projeto (II) Somente a título de despesas de constituição da SPE estão previstos R\$ 2.253.347,83, valor este quase sete vezes superior ao valor previsto de integralização (III) O percentual de integralização de apenas 0,11% do valor estimado do contrato encontra-se fora dos parâmetros de projetos do segmento. | SUGESTÃO PARCIALMENTE ACATADA Agradecemos pela sugestão e comunicamos que o item será revisto. |
| 1.11 | Anexo 1 – Minuta de Contrato | 37.2.9 | Conforme item 27.2.9 do Contrato, observamos que a eventual poda de vegetação que interfira na Iluminação Pública está atribuída à Concessionária. Como a Prefeitura pretende tratar este tema perante eventuais questionamentos quanto à destinação de recursos da contribuição para iluminação pública para o serviço de poda da cidade? | SUGESTÃO NÃO ACATADA. A execução do serviço de poda de vegetação arbórea será feita apenas nos locais onde seja identificado interferência com iluminação pública com base nos procedimentos expressos no ANEXO 7 e no Plano de Poda de Árvores descrito no ANEXO 5, mediante aprovação prévia do poder concedente, sendo, portanto, atividade de manutenção da |

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|------|------------------------------|-------|---|--|
| | | | | qualidade do serviço de iluminação pública conforme prevê a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no artigo 149-A. |
| 1.12 | Anexo 1 – Minuta de Contrato | 76.1 | Sugere-se a retirada da fixação do valor de cobertura de garantia de execução (R\$ 15MM) considerando a definição que o valor de garantia de execução corresponderá a 5% do valor do contrato que, por sua vez, será definido com base na soma das contraprestações máximas conforme Proposta Comercial a ser apresentada na futura licitação. | SUGESTÃO PARCIALMENTE ACATADA. Agradecemos pela sugestão e comunicamos que o item será revisto. |
| 1.13 | Anexo 1 – Minuta de Contrato | 124 | Considerando que o item 124 prevê que os gastos resultantes de defeitos ocultos em bens vinculados transferidos à Concessionária são riscos assumidos pela Concessionária e que a referida responsabilidade pode onerar de forma desnecessária a proposta comercial das empresas licitantes, sugere-se que seja incluída cláusula no Capítulo II da Minuta de Contrato estipulando o prazo de 90 dias para manifestação da Concessionária acerca dos defeitos relacionados aos bens vinculados. Neste sentido, o Poder Concedente passa a ser responsável pelos gastos decorrentes dos defeitos identificados no prazo de 90 dias o que permite a adequada alocação do risco relativo aos BENS VINCULADOS e, consequentemente, tendência de redução dos valores das Propostas Comerciais. | SUGESTÃO NÃO ACATADA Agradecemos pela sugestão e comunicamos que a mesma não será acatada. A assunção deste risco pela CONCESSIONÁRIA faz parte do objeto do CONTRATO, de forma que a remuneração da CONCESSIONÁRIA considera este risco. |
| 1.14 | Anexo 1 – Minuta de Contrato | 143.7 | Sugere-se a substituição da responsabilidade pela escolha da forma de implementação da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato do “Poder Concedente” para “as Partes”. A referida alteração se faz necessária pelo fato da Concessionária sofrer grande impacto desta decisão e possuir responsabilidades e atividades operacionais a serem adimplidas a depender da modalidade adotada. | SUGESTÃO NÃO ACATADA. Agradecemos o envio da sugestão. No entanto, informamos que a escolha é uma prerrogativa do poder concedente. |

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|------|--------------------------------------|---|---|---|
| 1.15 | Anexo 9 Classificação das Vias | 6 | Sugere-se que nos casos de incompatibilidade entre a metodologia fixada no referido Anexo e as características do logradouro in loco, a definição das novas classes de iluminação se dê a partir da instauração da Comissão Técnica, instância competente para deliberação de aspectos de tal natureza. | SUGESTÃO PARCIALMENTE ACATADA. Agradecemos pela sugestão e comunicamos que o item será revisto. |
| 1.16 | Anexo 10 – Mecanismo de Pagamento | 2 | Observa-se que a meta de eficiência para fins do BCE é superior a meta de eficiência descrita no Caderno de Encargos. Gostaríamos de confirmar se a meta de eficiência para fins do BCE é 54% ou 48,78% conforme descrito no caderno de encargos no item 3.2. Sugere-se ainda que seja melhor especificado o percentual no item 2 do Anexo10. | SUGESTÃO PARCIALMENTE ACATADA. Esclarecemos que o texto será revisto com objetivo de não gerar equívocos na interpretação. O direito a utilização do BCE somente ocorrerá se a CONCESSIONÁRIA atingir nível acima da meta de eficientização para cumprimento de marco. |
| 1.17 | Anexo 10 – Mecanismo de Pagamento | 4 | Sugere-se que seja melhor especificada a redação para hipótese do valor de BCE ser negativo para: “Na hipótese do valor de BCE ser negativo no período, a CONCESSIONÁRIA não fará jus ao recebimento de qualquer valor a título de BÔNUS SOBRE A CONTA DE ENERGIA no respectivo período apurado.” | SUGESTÃO ACATADA. Agradecemos o envio da sugestão o item será revisto. |

2 FIALHO SALLES - FIALHO, CANABRAVA, ANDRADE, SALLES ADVOGADOS

| Nº | DOCUMENTO | ITEM | ESCLARECIMENTO SOLICITADO | Resposta |
|-----|-----------|-------------|--|--|
| 2.1 | Edital | Item 13.3.2 | Considerando: (a) que a "GARANTIA DE PROPOSTA" será objeto de análise e julgamento em etapa distinta da fase de habilitação, sendo exigida a sua apresentação em envelope apartado das demais exigências de habilitação técnica, jurídica, fiscal e econômico-financeira; | SUGESTÃO NÃO ACATADA. Agradecemos pela sugestão. No entanto, as exigências de habilitação financeira decorreram da análise de potencialidade do mercado em face das características técnicas e econômicas do objeto da concessão. |

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | | | <p>(b) que o item 13.3.2 do Edital se limita a exigir, a título de requisito de qualificação econômico-financeira, a apresentação de certidão negativa de falência e recuperação judicial e a apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, sem, contudo, especificar qual a finalidade da apresentação do balanço e demonstrações contábeis, já que não há qualquer exigência ou parâmetro econômico-financeiro a ser objeto de análise a partir dos balanços e demonstrações dos licitantes;</p> <p>(c) que a exigência de apresentação de balanço e demonstrações contábeis possui o condão de permitir a demonstração do atendimento a determinado patrimônio líquido mínimo ou índices contábeis mínimos/máximos, tornando-se absolutamente inócua se puder ser atendida com a simples apresentação da documentação, sem que haja qualquer exame acerca da boa saúde financeira do licitante a partir de tal documentação, como ocorre no caso concreto;</p> <p>(d) que, no cenário atual, o conteúdo do balanço patrimonial e respectivas demonstrações será irrelevante, bastando a sua exibição pelos licitantes para que estes sejam habilitados no tocante à qualificação econômico-financeira;</p> <p>(e) que, na prática, o Edital permite a habilitação econômico-financeira de toda e qualquer empresa que não estiver em recuperação judicial ou cuja falência não tenha sido declarada judicialmente, bastando, para tanto, que as empresas apresentem seus balanços e demonstrações, que poderão</p> | |
|--|--|--|--|--|

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|--|--|--|---|--|
| | | | <p>conter resultados financeiramente ruins, sem qualquer consequência prática para o certame;</p> <p>(f) que o sucesso de empreendimentos desta natureza depende da efetiva capacidade de investimento dos proponentes/licitantes, capacidade esta que consiste justamente na razão primeira da realização de qualquer licitação de parceria público-privada;</p> <p>(g) que é de conhecimento notório o fato de que as instituições financeiras que atuam no país não concedem financiamentos tendo como garantia apenas e tão somente a perspectiva do "step in", ou os recebíveis do projeto em si, sendo absolutamente indispensável que as licitantes (futuras acionistas da SPE) tenham efetiva capacidade econômica para conceder garantias corporativas; e</p> <p>(h) por fim, que o Tribunal de Contas da União admite a exigência cumulativa de garantia de proposta e patrimônio líquido em licitações de desestatização, desde que a garantia de proposta seja exigida e analisada em etapa distinta da fase de habilitação, como tem ocorrido na maioria dos leilões na área de infraestrutura (na mesma linha, vide igualmente o Acórdão 2629/2007 - Plenário):</p> <p>"Nos termos do art. 31, inciso III, da Lei 8.666/1993, a garantia da proposta apresentada pelos licitantes deve estar limitada a 1% do valor estimado do objeto da contratação. Conforme estabelecido no item 7.1 do Edital, a garantia da proposta foi fixada no patamar de 0,86% do valor estimado para o contrato</p> | |
|--|--|--|---|--|

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | <p>(R\$ 6.928.359.033,92, segundo item 1.3 do Edital), encontrando-se, portanto, de acordo com a disposição legal. Registre-se que a garantia da proposta fez parte de fase anterior ao leilão (Volume 1 de apresentação da documentação), conforme itens 6 e 7 do Edital 001/2011 BR 101/ES/BA (peça 52), sendo, em outras palavras, condicionante para que a proponente participasse do leilão e não caracterizou restrição ao caráter competitivo à licitação. (...)</p> <p>Frise-se que a garantia de proposta foi exigida da proponente para participação do leilão (...). Não consta do Edital 001/2011 BR 101/ES/BA a exigência de qualquer espécie de garantia como requisito para habilitação econômico-financeira, esta comprovada mediante patrimônio líquido mínimo no valor de R\$ 100 milhões. Conclui-se, portanto, que a exigência de patrimônio líquido mínimo para habilitação econômico-financeira da proponente não caracteriza cumulatividade e está em consonância com o disposto no art. 31, § 2º, da Lei 8.666/1993" (Acórdão 2573/2012 - Plenário)</p> <p>Sugerimos que seja incluída exigência de patrimônio líquido mínimo, como requisito de habilitação econômico-financeira, em patamar compatível com o limite legal (10% do valor estimado do objeto) e o vulto do empreendimento, sem prejuízo da manutenção da exigência de apresentação de garantia de proposta, a ser apresentada em envelope distinto e julgada em fase apartada.</p> <p>Segue sugestão de redação:</p> | |
|--|--|--|--|

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|-----|--------|------------------|--|--|
| | | | <p>"13.3.2. Para HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: (...) (iv) Comprovação de patrimônio líquido mínimo em valor correspondente a 10% do valor estimado do objeto licitado, acrescido de 30% no caso de participação em consórcio."</p> | |
| 2.2 | Edital | Item 13.3.4.2 | <p>Considerando:</p> <p>que a alínea (a) do item 13.3.4.2 do Edital refere-se à apresentação de documentos atinentes à qualificação técnico-profissional;</p> <p>porém, que os subitens (iii), (iii.i) e (iii.ii) da alínea (a) do item 13.3.4.2 do Edital dizem respeito as comprovações de qualificações técnico-operacionais;</p> <p>que a submissão dos subitens (iii), (iii.i) e (iii.ii) à alínea (a) do item 13.3.4.2 compromete a clareza e objetividade das exigências de habilitação técnica, ao passo que estes subitens tratam de exigências técnico-operacionais e a alínea (a) de exigências técnico-profissional; e</p> <p>que a ausência de regulamentação de forma clara e objetiva de exigências que devem ser cumpridas pelos licitantes impede o julgamento objetivo das propostas (contrariando o disposto nos termos dos artigos 3º e 44 da Lei Federal n. 8.666/1993), criando um cenário de insegurança jurídica e que pode prejudicar a seleção da proposta mais vantajosa.</p> | <p>SUGESTÃO PARCIALMENTE ACATADA.</p> <p>Agradecemos o envio da sugestão e informamos que o item será revisto.</p> |

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|-----|--------|---------------------------------|--|--|
| | | | Sugere-se, para clareza geral, a alteração do Edital para que as exigências de qualificação técnico-profissional e técnico-operacional fiquem em alíneas distintas. Para tanto, o subitem (iii) deve ser convertido em uma nova alínea, de modo que os subitens (iii.i) e (iii.ii) sejam subcláusulas desta nova alínea. | |
| 2.3 | Edital | Item 13.3.4.2 (a) (iii.i) | <p>Considerando:</p> <p>que o subitem (iii.i) da alínea (a) do item 13.3.4.2 do Edital exige a apresentação de atestado de “operação e manutenção preventiva e corretiva de no mínimo 11.000 (onze mil) pontos de iluminação em vias públicas”;</p> <p>que a redação deste item não deixa claro se as licitantes devem comprovar serviços de operação e manutenção preventiva ou corretiva de, no mínimo, 11.000 (onze mil) pontos de iluminação pública ou a prestação destes serviços em um Parque de Iluminação Pública que tenha, no mínimo, 11.000 (onze mil) pontos de iluminação;</p> <p>que a redação atual permite, por exemplo, que uma empresa que tenha realizado duas manutenções em cada ponto de iluminação de um parque de iluminação pública com 5.500 (cinco mil e quinhentos) pontos, alegue que possui experiência na manutenção de 11.000 pontos, mesmo tendo operado um parque de iluminação pública com apenas 5.500 (cinco mil e quinhentos) pontos de iluminação;</p> <p>que, em outras palavras, a atual redação irá permitir a apresentação de atestado de pontos mantenidos,</p> | <p>SUGESTÃO PARCIALMENTE ACATADA.</p> <p>Agradecemos o envio da sugestão e informamos que o item será revisto.</p> |

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|-----|--------|--------------------------------------|---|--|
| | | | <p>independentemente do tamanho do parque de iluminação pública operado pela licitante.</p> <p>Pelo exposto, sugere-se que o subitem (iii.i) da alínea (a) do item 13.3.4.2 seja alterada para passar a conter previsão de operação e manutenção de um parque de iluminação pública com no mínimo 11.000 (onze mil) pontos.</p> <p>Segue sugestão de redação:</p> <p>“iii.i. operação e manutenção preventiva e corretiva de um parque de iluminação pública com no mínimo 11.000 (onze mil) pontos de iluminação em vias públicas.”</p> | |
| 2.4 | Edital | Item 13.3.4.2 (iii) (iii.i) (iii.ii) | <p>Considerando:</p> <p>que o Edital não possui regra acerca da apuração do quantitativo de pontos dos atestados de capacidade técnico-operacional previstos nos subitens (iii.i) e (iii.ii) do item 13.3.4.2, na hipótese de a proponente apresentar atestado(s) de empreendimento(s) no(s) qual(is) tenha atuado como consorciada e acionista;</p> <p>porém, que para o atestado de investimento (item 13.3.4.2 (b)) o Edital estabelece que o valor constante do atestado será apurado na proporção da participação da proponente, na hipótese de o atestado se referir a empreendimento do qual a proponente tenha atuado como consorciada ou acionista (item 13.3.4.2 (b) (ii));</p> | <p>SUGESTÃO PARCIALMENTE ACATADA.</p> <p>Agradecemos o envio da sugestão e informamos que o item será revisto.</p> |

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | | | <p>que não faz sentido admitir que o licitante que detenha, por exemplo, 1% (um por cento) das ações de determinada concessionária ou empresa possa aproveitar a totalidade da sua experiência técnica, considerados os seus elementos qualitativos e quantitativos; e</p> <p>que o Tribunal de Contas da União já consolidou o entendimento de que o aproveitamento da experiência técnica adquirida em consórcios, a partir de uma .conjunção de esforços de distintas empresas, deve ser aproveitado pelas empresas consorciadas na proporção das respectivas participações: "Pelo princípio da razoabilidade, segundo o qual os meios devem estar adequados aos fins almejados, apenas a aceitação proporcional de atestados de empresas consorciadas permite à Administração selecionar licitantes efetivamente qualificadas para a licitação, sendo essa a finalidade da fase de habilitação e da apresentação dos atestados." (Acórdão 2.299/2007 - Plenário)</p> <p>Sugere-se, a exemplo da regra prevista para o atestado de investimento, que seja incluída regra no Edital para que, para fins de apuração do quantitativo dos pontos de iluminação pública constantes nos atestados de capacidade técnico-operacional (subitens (iii.i) e (iii.ii) do item 13.3.4.2) seja aplicada à regra da proporcionalidade, caso o(s) atestado(s) se refira(m) a empreendimento no qual a proponente tenha atuado como consorciada ou acionista.</p> <p>Neste particular, segue sugestão de redação:</p> <p>"13.3.4.2. [...]"</p> | |
|--|--|--|--|--|

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|-----|--------|---|---|--|
| | | | <p>iii.iii. na hipótese de a PROPONENTE apresentar documento(s) de comprovação de empreendimento(s) no(s) qual(is) tenha atuado como CONSORCIADA ou acionista, será observada a proporção da participação da PROPONENTE no respectivo CONSÓRCIO ou sociedade, aplicando-se essa proporção sobre o total do(s) número de pontos de iluminação pública constante do(s) documento(s) de comprovação.”</p> | |
| 2.5 | Edital | <p>Item 13.3.4</p> <p>Incluir exigência de telegestão</p> | <p>Considerando:</p> <p>(a) que o item 3.2 (iv) do caderno de encargos (Anexo 5) determina a instalação de telegestão nas vias V1, V2 e V3 e nos bens culturais que receberão iluminação de destaque;</p> <p>(b) que de acordo com o item 5 do Relatório de Engenharia a implantação de telegestão nos pontos indicados acima corresponderá aproximadamente 18% (dezoito por cento) da rede de iluminação pública do município;</p> <p>(c) que o Diagnóstico Técnico da Rede de IP revela que o parque de iluminação pública do Município de Santa Luzia possui 22.386 (vinte e dois mil trezentos e oitenta e seis) pontos de iluminação pública.</p> <p>(d) que o serviço de instalação e operação de sistema de telegestão de iluminação pública corresponde parcela de relevância do objeto da PPP, com valores bastantes</p> | <p>SUGESTÃO PARCIALMENTE ACATADA.</p> <p>Agradecemos o envio da sugestão e informamos que o item será revisto.</p> |

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|--|--|--|---|--|
| | | | <p>significativos tanto para investimento em instalação quanto para operação;</p> <p>(e) que o serviço de telegestão é tão significativo no âmbito da PPP de forma que o Sistema de Mensuração de Desempenho (Anexo 8) define indicador específico para avaliar a disponibilidade do sistema de telegestão a ser implantado;</p> <p>(f) que a implantação do sistema de telegestão é requisito para cumprimento do 2º marco da concessão, que deverá ser cumprido em apenas 240 (duzentos e quarenta) dias contados do início da Fase II;</p> <p>(g) que os sistemas de telegestão em serviços de iluminação pública tem se difundido nos últimos anos tanto no Brasil como no exterior. No território nacional citam-se como experiências relevantes os casos da PPP de IP de Belo Horizonte e dos Município de Aracruz/ES e Mauá/SP. Além disto, cita-se os túneis dos Municípios de São Paulo e Rio de Janeiro, os Campus da Universidade de São Paulo (USP) nas cidades de São Paulo, Ribeirão Preto e São Carlos e, ainda, de vias dos Municípios de Santo André/SP e São Bernardo do Campo/SP;</p> <p>(h) que o edital permite a participação de empresas em consórcio, sendo que os requisitos de qualificação técnica (como expertise em telegestão) poderão ser comprovados por qualquer uma das empresas consorciadas;</p> <p>(i) que o item 13.3.4.7 do edital permite à apresentação dos comprovantes de capacidade técnica em nome de afiliadas;</p> | |
|--|--|--|---|--|

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|-----|--------|-------------------|--|---|
| | | | <p>(j) que o setor de iluminação pública, a exemplo de outros setores de serviços concedidos a particulares, possui como prática a constituição de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) para a operação da concessão e estruturação do financiamento do projeto, tal como previsto no art. 20 da Lei Federal n. 8.987/95.</p> <p>Sugere-se que seja incluído como requisito de habilitação técnico-operacional a comprovação de experiência na instalação e operação de sistema de telegestão de iluminação pública de no mínimo 1.800 (um mil e oitocentos) pontos.</p> <p>Neste particular, segue sugestão de cláusula a este respeito:</p> <p>“13.3.4.2. [...]”</p> <p>iii.iii. execução de serviços de implantação e operação de sistema telegestão de iluminação pública com no mínimo 1.800 (um mil e oitocentos) pontos instalados em vias e/ou logradouros públicos.”</p> | |
| 2.6 | Edital | Item 13.3.4.2 (b) | <p>Considerando:</p> <p>(a) que a alínea (b) do item 13.3.4.2 do Edital exige como requisito de habilitação técnica:</p> <p>“atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) já ter a PROPONENTE se responsabilizado pela realização de investimentos na</p> | <p>SUGESTÃO NÃO ACATADA.</p> <p>Agradecemos pela sugestão e comunicamos que a mesma não será acatada. A exigência de atestados somente em empreendimentos em infraestrutura restringe a concorrência.</p> |

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|--|--|--|---|--|
| | | | <p>modalidade Project ou corporate finance, de no mínimo R\$ 58.300.000,00 (cinquenta e oito milhões e trezentos mil reais) com recursos próprios ou de terceiros e retorno de longo prazo (assim considerado o prazo mínimo de 05 anos), observadas as seguintes condições:</p> <p>i. será considerado como valor de investimento o montante de recursos aplicado pela PROPONENTE na construção, instalação, reforma, ampliação ou modernização da infraestrutura relacionada ao empreendimento atestado;”</p> <p>(b) que a exigência desta comprovação objetiva a demonstração de capacidade da PROPONENTE em obter financiamento nas modalidades Project ou Corporate Finance para investimento em projeto de infraestrutura;</p> <p>(c) que o desembolso para compra de materiais e realização de obras em regime de empreitada ou equivalente, que estabeleça a remuneração do contratado em razão de medição de atividades contratuais ou em razão de avanço do empreendimento não demonstra a capacidade do PROPONENTE de obter financiamento para investimento em projeto de infraestrutura nas modalidades Project ou Corporate Finance;</p> <p>(d) que os principais projetos de PPP de IP do Brasil não admitiram contrato de empreitada para comprovação da capacidade de investimento, cita-se, a título meramente exemplificativo, os projetos de PPP de IP dos Municípios de Belo Horizonte (contrato assinado e em andamento), Teresina</p> | |
|--|--|--|---|--|

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | |
|--|--|---|--|
| | | <p>e Porto Alegre (ambos em licitação e estruturados pelo BNDES); e</p> <p>(e) que a ausência de regulamentação, de forma clara e objetiva, de exigências que devem ser cumpridas pelos licitantes, impede o julgamento objetivo das propostas (contrariando os termos dos artigos 3º e 44 da Lei Federal n. 8.666/1993) e cria um cenário de insegurança jurídica, que pode prejudicar a seleção da proposta mais vantajosa e restringir a competitividade do certame.</p> <p>Sugere-se que nos subitens da alínea “b” do item 13.3.4.2 do Edital seja: (i) expressamente vedado a utilização de documentos referentes a contratos de empreitada ou equivalentes para comprovação da capacidade de investimento; e (ii) explicitado que será admitido apenas documentos relativos a empreendimentos de grande porte em infraestrutura.</p> <p>Segue sugestão de redação:</p> <p>“(i) Não será considerado investimento o desembolso realizado na condição de contratado em regime de empreitada ou equivalente, ainda que para fornecimento de materiais e realização de obras.</p> <p>(ii) Serão aceitos apenas os documentos relativos aos empreendimentos de infraestrutura de obras públicas contratadas em regime de parceria público-privada ou concessão, destinadas a viabilizar o desenvolvimento</p> | |
|--|--|---|--|

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|-----|-----------------|------------------------|---|--|
| | | | socioeconômico e social brasileiro, em especial nos segmentos: ferroviário, rodoviário, energia, portuário, aeroportuário, telecomunicação, hospitalar, saneamento básico e iluminação pública.” | |
| 2.7 | Edital) | Item 13.3.4.2 (b | <p>Considerando:</p> <p>(a) que a alínea (b) do item 13.3.4.2 do Edital exige como requisito de habilitação técnica:</p> <p>“atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) já ter a PROPONENTE se responsabilizado pela realização de investimentos na modalidade Project ou corporate finance, de no mínimo R\$ 58.300.000,00 (cinquenta e oito milhões e trezentos mil reais) com recursos próprios ou de terceiros e retorno de longo prazo (assim considerado o prazo mínimo de 05 anos), observadas as seguintes condições:</p> <p>(b) que o Edital não possui regra expressa acerca da atualização do valor do atestado desde à época de sua emissão até a data de publicação da licitação;</p> <p>(c) que, de acordo com entendimento consolidado pelo STF e STJ, a atualização do valor dos contratos independe de previsão contratual, o que se aplica, por analogia, aos valores dos investimentos constantes nos documentos exigidos para cumprimento da alínea (b) do item 13.3.4.2 do Edital acima transcrita:</p> | <p>SUGESTÃO PARCIALMENTE ACATADA.</p> <p>Agradecemos o envio da sugestão e informamos que o item será revisto.</p> |

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|--|--|--|---|--|
| | | | <p>“PAGAMENTO DE DÉBITO COM ATRASO. INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA INDEPENDENTEMENTE DE PREVISÃO CONTRATUAL.</p> <p>1. O pagamento de débito com atraso, pelo Poder Público, está sujeito à incidência da correção monetária, independentemente de previsão contratual, UMA VEZ QUE ELA NÃO CONSTITUI ACRÉSCIMO AO PRINCIPAL, MAS APENAS A RECOMPOSIÇÃO DO VALOR DA MOEDA, corroído pela inflação (Código Civil antigo, art. 1.056). Precedentes desta Corte, do STJ e do STF.</p> <p>2. Apelação a que se dá provimento.”</p> <p>(TRF 1ª REGIÃO APELAÇÃO CÍVEL Nº 1999.01.00.072773-9/DF Processo na Origem: 9400084846)</p> <p>(d) que os principais projetos de PPP de IP do Brasil admitiram a atualização dos valores de investimento pelo IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; cita-se, a título meramente exemplificativo, os projetos de PPP de IP dos Municípios de Belo Horizonte (contrato assinado e em andamento), Teresina e Porto Alegre (ambos em licitação e estruturados pelo BNDES);</p> <p>(e) que a previsão no Edital de um índice específico para atualização do valor do investimento descrito no(s) documento(s) de comprovação(ões) de investimento é medida que visa a isonomia, ao passo que irá uniformizar a atualização dos atestados de todas as proponentes por um mesmo índice;</p> <p>Sugere-se, então, inclusão do seguinte subitem na alínea (b) do item 13.3.4.2 do Edital:</p> | |
|--|--|--|---|--|

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|-----|--|---|---|--|
| | | | <p>“12.3.4.2 [...] b) [...] iiii. Os valores descritos nos documentos de comprovação deste item serão atualizados, a partir da data de referência de realização do investimento, até a data de publicação deste EDITAL, pelo IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou, na falta deste, por outro índice oficial de inflação.”</p> | |
| 2.8 | <p>Contrato (Anexo 1)</p> <p>Caderno de Encargos (Anexo 5)</p> | <p>Contrato (Anexo 1)</p> <p>Item 37.2.18</p> <p>Caderno de Encargos (Anexo 5)</p> <p>Item 9.1 “cc”</p> | <p>Considerando:</p> <p>(a) que o Plano de Investimentos e Operações não integra o Edital e Contrato de maneira vinculativa;</p> <p>(b) que o item 5.8 do Plano de Investimentos e Operações, em especial a Tabela 25, considerou reinvestimento com substituição de 100% (cem por cento) das luminárias do parque de iluminação pública no ano 12 da concessão;</p> <p>(c) que as minutas de Contrato (Anexo 1) e Caderno de Encargos (Anexo 5) possuem apenas previsão genérica no sentido de que a Concessionária deverá ao longa da concessão promover as substituições e reinvestimentos que se fizerem necessários; sem, contudo, "cravar" como obrigatória a segunda onda de investimentos (reinvestimento) (ver item 37.2.18 do Contrato e item 9.1 “cc” do Caderno de Encargos);</p> | <p>SUGESTÃO NÃO ACATADA.</p> <p>Agradecemos pela sugestão e comunicamos que a mesma não será acatada. A CONCESSIONÁRIA deverá manter os PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA em condições operacionais e em consonância aos requisitos luminotécnicos, iluminância média e fator de uniformidade, exigidos na seção 4 do ANEXO 8 – SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO, sendo a CONCESSIONÁRIA passível de penalização a partir de multas contratuais significativas no tocante à recorrência de desempenho insuficiente, conforme a cláusula 47 do CONTRATO. Não obstante, a CONCESSIONÁRIA deverá comprovar vida útil remanescente média das LUMINÁRIAS de, no mínimo, 36 meses contados a partir da data prevista do advento do termo contratual, conforme previsto em CONTRATO e no ANEXO 5 – CADERNO DE ENCARGOS.</p> |

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | | | <p>(d) que a ausência de previsão expressa no Contrato e Caderno de Encargos quanto a obrigatoriedade de se substituir 100% (cem por cento) das luminárias no 2º ciclo de investimento (ano 12), enseja risco de alguma proponente interpretar que o 2º ciclo é meramente indicativo/sugestivo, mas não obrigatório, levando à elaboração de propostas que não atendam aos dois ciclos, portanto, na contramão ao interesse público;</p> <p>(e) que o segundo ciclo de troca das luminárias possui impacto relevante no Capex do projeto e nos planos de negócios das proponentes.</p> <p>(f) que é intrínseco à contratação de uma PPP, que a concessionária acompanhe a evolução tecnológica dos insumos (luminárias, conectores, relés, etc...) a serem utilizados ao longo da concessão, com o propósito de manter o parque de iluminação pública atualizado e com elevado grau de qualidade dos serviços colocadas à disposição dos usuários; e</p> <p>(g) que os fabricantes estabelecem prazos de validade insuficientes para assegurar o funcionamento das luminárias atualmente existentes no mercado durante toda a vigência da concessão.</p> <p>Sugere-se que seja expressamente previsto no Contrato e Caderno de Encargos a obrigatoriedade dos dois ciclos de investimentos, sendo obrigatória a troca de 100% das luminárias do parque de iluminação pública nos dois ciclos (1º ciclo - ano 1 2º ciclo ano 12).</p> | |
|--|--|--|--|--|

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|-----|-----------------------|-----------------|--|--|
| | | | Sugere-se ainda que haja previsão expressa da possibilidade de se utilizar tecnologia equivalente ou superior ao LED no 2º ciclo de investimento (anos 12). | |
| 2.9 | Contrato (Anexo 1) | Item 174.2.3 | <p>Considerando:</p> <p>que a Lei federal n. 13.129/2015 previu expressamente a possibilidade de a Administração Pública prever em contratos administrativos a utilização de arbitragem para a resolução de conflitos referentes a direitos disponíveis;</p> <p>que a minuta de Contrato previu, na cláusula 174.2.3, a submissão dos conflitos envolvendo o Contrato entre a SPE e o Município à arbitragem;</p> <p>que o item 174.2.3 da minuta de Contrato (Anexo 1) não especifica a câmara de arbitragem para a resolução de controvérsias entre as partes;</p> <p>que a cláusula 174.2.3, estabelece que a instituição arbitral será designada de comum acordo entre as partes, sendo, portanto, uma cláusula “vazia”;</p> <p>que cláusulas de arbitragem “vazias” podem inviabilizar a utilização do procedimento arbitral, tendo em vista a possibilidade de as partes contratantes não chegarem a um consenso para a definição da câmara arbitral a ser utilizada, bem como quanto a outros procedimentos necessários e inerentes à própria arbitragem;</p> | <p>SUGESTÃO PARCIALMENTE ACATADA</p> <p>Agradecemos pela sugestão e comunicamos que o item será revisto.</p> |

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|--|--|--|---|--|
| | | | <p>que a cláusulas de arbitragem “vazias” pode implicar até mesmo necessidade de ação judicial específica com o objetivo de o Poder Judiciário determinar a Câmara Arbitral a ser responsável pela solução da controvérsia, prejudicando a própria finalidade da previsão de compromisso arbitral, que consiste na viabilização de solução mais ágil para eventuais conflitos</p> <p>que os valores e custos necessários para a condução de arbitragem variam consideravelmente a depender da Câmara Arbitral escolhida pelas partes;</p> <p>que a indicação de uma Câmara que pratique valores muito altos para a condução e conclusão do procedimento arbitral pode, inclusive, desincentivar as partes a adotarem o procedimento arbitral para a solução de controvérsias;</p> <p>que o edital e contrato devem prever todos os custos decorrentes da assinatura do contrato licitado, de modo que as licitantes possam formular de forma mais adequada suas propostas na licitação, permitindo o julgamento objetivo por parte da Administração Pública, em conformidade com as disposições dos artigos 44 e 45 da Lei Federal n. 8.666/1993;</p> <p>Sugere-se que seja previsto de forma clara e objetiva na minuta de Contrato (Anexo 1), previamente à abertura do certame, a Câmara Arbitral a ser utilizada para as soluções de eventuais conflitos contratuais.</p> | |
|--|--|--|---|--|

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|------|--|---|--|--|
| | | | Considerando os custos envolvidos na condução dos procedimentos arbitrais e de forma a garantir a seleção de propostas mais vantajosas, sugere-se que seja indicada uma Câmara amplamente utilizada no mercado nacional, com parâmetros e valores adequados à realidade das empresas licitantes (ex.: Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil Canadá - CAMARB). | |
| 2.10 | Diretrizes para elaboração do Cadastro (Anexo 4) | Item 2 (Diretrizes para realização do cadastro da rede municipal de iluminação pública) | <p>Considerando:</p> <p>que a Concessionária irá assumir a responsabilidade integral pela elaboração, a conservação e atualização do CADASTRO durante toda a vigência do CONTRATO;</p> <p>que são muitas as informações solicitadas de cada ponto de luz que devem, minimamente, constar no CADASTRO da REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA;</p> <p>que algumas destas informações são redundantes. Por exemplo, no item localização é totalmente desnecessário exigir bairro, região, logradouro e código do logradouro, já que está se exigindo a posição georreferenciada do ponto, que supre todas as demais informações. Pelo mesmo motivo apresenta-se desnecessária a exigências dos itens “Caracterização da via” e sua natureza no tópico informações gerais.</p> <p>que várias das informações do CADASTRO solicitadas não são relevantes para adequação do parque de iluminação pública às normas técnicas e nem para averiguação de sua efetiva modernização pelo Poder Concedente.</p> | <p>SUGESTÃO PARCIALMENTE ACATADA.</p> <p>Agradecemos o envio da contribuição e comunicamos que as informações para realização do CADASTRO DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA serão avaliadas de modo a segurar informações mandatórias, evitar redundâncias e melhor esclarecer as informações nele constantes.</p> |

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | | | <p>por exemplo, que o subitem “Comando e Energia” exige informações de ativos que sequer são do município e pertencem à distribuidora de energia elétrica, citando-se como exemplo a rede elétrica de alimentação.</p> <p>que algumas informações solicitadas requerem que o agente de campo suba no poste para colher a informação, podendo serem citados os seguintes exemplos: tipo e modelo do reator, ajuste angular da inclinação da luminária, fabricante e modelo do relé fotoeletrônico, tipo de proteção, tipo de circuito e potência do transformador;</p> <p>que a exigência de dados para o CADASTRO que dependem da “subida” do agente de campo nos postes torna impossível a entrega do cadastro de iluminação pública no prazo estipulado, onerando de forma excessiva (e desnecessária) às propostas de preços formuladas pelas Proponentes; e</p> <p>que a qualidade dos serviços prestados pela Concessionária no tocante ao CADASTRO serão avaliados por indicador de desempenho específico, o IQD (Indicador de Qualidade de Dados dos ativos de iluminação Pública), interferindo diretamente na remuneração da Concessionária.</p> <p>Sugere-se alteração do Anexo 4 para que os itens do CADASTRO se limitem aos itens realmente relevantes (sem redundâncias), sem que sejam aplicados esforços excessivos, onerosos e desnecessários pela Concessionária na elaboração, conservação e atualização do CADASTRO.</p> | |
|--|--|--|--|--|

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | | | <p>Para tanto, segue sugestão de redação para os itens do CADASTRO:</p> <p>“2 DIRETRIZES PARA REALIZAÇÃO DO CADASTRO DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA [...] O CADASTRO deverá conter, para cada PONTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, pelo menos as seguintes informações:</p> <p>1. Localização i. Posição georreferenciada (latitude, longitude)</p> <p>2. Luminária i. Tipo de luminária ii. Quantidade de luminárias iii. Tipo de Fonte Luminosa iv. Potência da Fonte Luminosa v. Quantidade de Fontes Luminosas vi. Potência Total das Fontes Luminosas</p> <p>3. Informações gerais i. Número da Unidade ii. Classe de Iluminação (V1, V2, V3, V4 e V5 ou P1, P2, P3 e P4)</p> <p>4. Poste e Braço i. Tipo de poste ii. Altura do poste iii. Tipo de braço iv. Projeção do braço v. Altura de instalação da luminária</p> | |
|--|--|--|--|--|

| | | | | |
|------|-------------------------------|------------|---|--|
| | | | 5. Energia i. Tipo de Alimentação (aéreo ou subterrâneo)” | |
| 2.11 | Caderno de Encargos (Anexo 5) | Item 4.2.5 | <p>Considerando:</p> <p>que o objeto da PPP consiste na concessão administrativa dos serviços de iluminação pública no Município de Santa Luzia, incluindo a implantação, instalação, recuperação, modernização, efficientização, expansão, operação, manutenção e melhoramento da rede municipal de iluminação pública;</p> <p>porém, que o item 4.2.5 do Anexo 5 (Caderno de Encargos) estabelece que a Concessionária deverá elaborar o Plano de Revitalização da Iluminação Pública da Avenida Brasília (PRI) e executar os serviços nele indicados, que consistem minimamente: na “adequação da iluminação viária e pedonal em postes localizados nos passeios, a remoção dos postes localizados no canteiro central, além do enterramento de todas as estruturas de distribuição de energia elétrica e de telecomunicações instaladas de forma aérea deverá contemplar”</p> <p>que a titularidade dos serviços de distribuição de energia elétrica e de telecomunicações não pertencem ao Município, sendo, portanto, juridicamente impossível serem concedidos por este ente federado;</p> <p>que o “enterramento de todas as estruturas de distribuição de energia elétrica e de telecomunicações” não se enquadra como</p> | <p>SUGESTÃO NÃO ACATADA.</p> <p>Em decisão do STF no Recurso Extraordinário 666404 foi fixada tese de que "É constitucional a aplicação dos recursos arrecadados por meio de contribuição para o custeio da iluminação pública na expansão e aprimoramento da rede". Esclarecemos que o enterramento de todas as estruturas de distribuição de energia elétrica e de telecomunicações corresponde a uma das soluções de engenharia que proporciona o melhoramento da rede de iluminação pública. Ressaltamos que o melhoramento citado é justificado baseando-se na implantação de posteação exclusiva de iluminação pública, modernização do cabeamento elétrico destinado ao circuito exclusivo, maleabilidade no posicionamento de postes para desenvolvimento de projetos luminotécnicos em acordo com requisitos normativos e serviços de manutenção preventiva e corretiva mais eficazes devido à redução substancial do risco mediante a ausência de rede de distribuição aérea. Além disso, ressaltamos a notoriedade de outros benefícios que vão além da iluminação pública como: maior segurança ao transeunte, melhoria estética do ambiente urbano, valorização imobiliária, redução da necessidade de podas de arborização e maior confiabilidade e continuidade na prestação de serviços de distribuição e de telecomunicações.</p> |

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|------|-------------------------------|--------------|---|---|
| | | | <p>atividade típica dos serviços de iluminação pública, sendo inapropriado a utilização da CIP para custear estes serviços, o que repercuti negativamente na segurança jurídica do projeto;</p> <p>que a previsão de atividades não relacionadas diretamente ao objeto da PPP irá prejudicar e encarecer a prestação dos serviços pela Concessionária, haja vista a menor (ou nenhuma) sinergia existente entre tais atividades e o objeto da PPP; e</p> <p>que o “enterramento de todas as estruturas de distribuição de energia elétrica e de telecomunicações” da Av. Brasília irá demandar mais tempo para modernização, sendo impossível entregar 2º Marco no prazo estipulado.</p> <p>Por todo exposto, sugere-se a exclusão dos serviços de “enterramento de todas as estruturas de distribuição de energia elétrica e de telecomunicações” da Av. Brasília do escopo dos serviços do futuro parceiro privado.</p> | |
| 2.12 | Caderno de Encargos (Anexo 5) | Item 5.3.2.9 | <p>Considerando:</p> <p>que o item 5.3.2.9 estabelece como serviço da futura Concessionária a:</p> <p>“Análise das condições mecânicas dos postes: de acordo com análises dos dados provenientes do CADASTRO, deverá ser acompanhada a condição mecânica dos postes exclusivos de ILUMINAÇÃO PÚBLICA com base no tempo de instalação. Os postes exclusivos de ILUMINAÇÃO PÚBLICA com idade maior que 20 (vinte) anos devem passar pelos testes mecânicos</p> | <p>SUGESTÃO NÃO ACATADA.</p> <p>Agradecemos pela sugestão e comunicamos que a mesma não será acatada. Contudo, informamos que as especificações dos ensaios, testes e verificações serão revisadas.</p> |

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | <p>previstos nas normas ABNT NBR 8451 (postes de concreto armado para redes de distribuição) e NBR 14744 (postes de aço para iluminação), com intuito de atestar qualidade e segurança.”</p> <p>que a licitação deve buscar a seleção da proposta mais vantajosa (art. 3º da Lei Federal n. 8.666/1993), evitando a contratação de serviços e empresas com preços mais elevados;</p> <p>que a realização de testes mecânicos e inspeção de postes de iluminação pública, ainda que no tocante apenas aos postes exclusivos da rede de iluminação pública, pode encarecer indevidamente as propostas a serem apresentadas na licitação, tendo em vista a logística e os equipamentos necessários,</p> <p>que as próprias distribuidoras de energia não realizam vistoria mecânica em seus postes, haja vista a inexistência de metodologia não destrutiva para ensaio de postes instalados (postes antigos);</p> <p>que existe atualmente apenas metodologia destrutiva para teste mecânico em postes, pelo que estas metodologias não podem ser utilizadas para ensaio de postes instalados, pois irá comprometer a estrutura destes equipamentos, gerando risco de queda;</p> <p>que as NBRs citadas (ABNT NBR 8451 e NBR 14744) não definem metodologia para ensaio de postes em campo, porque, como dito, qualquer teste mecânico de poste instalado em campo geraria risco de acidente por fadiga do material; e</p> | |
|--|--|--|--|

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|------|--------------------|-----------|---|--|
| | | | <p>que os ensaios previstos nas NBRs citadas no subitem transcrito são exclusivamente para testes mecânicos realizados previamente ao processo de implantação de postes novos.</p> <p>Por todo exposto, necessário se excluir do escopo da PPP a obrigação concernente aos testes mecânicos nos postes exclusivos de iluminação pública com idade superior a 20 (vinte) anos.</p> | |
| 2.13 | Contrato (Anexo 1) | Item 35.6 | <p>Considerando:</p> <p>que o item 35.6 do Contrato (Anexo 1) estabelece que:</p> <p>“35.6. Não consumirá créditos do BANCO DE CRÉDITOS e não são consideradas como SERVIÇOS COMPLEMENTARES a instalação ou realocação, por parte da CONCESSIONÁRIA, de PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA para (i) cumprimento da obrigação prevista nas Subcláusulas 33.2.1 e 33.2.2 e respectivos subitens ou (ii) atendimento aos requisitos luminotécnicos e de eficiência da CONCESSÃO previstos no ANEXO 5 em virtude de alterações na CLASSE das vias ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO.”</p> <p>a impossibilidade jurídica, econômica e material de se exigir que os potenciais licitantes realizem, na fase externa da licitação (enquanto preparam suas propostas comerciais), vistoria em todos os “LOGRADOUROS PÚBLICOS EXISTENTES” no Município de Santa Luzia;</p> <p>que mesmo que fosse possível a realização de vistoria prévia em todos os “LOGRADOUROS PÚBLICOS EXISTENTES” em Santa</p> | <p>SUGESTÃO NÃO ACATADA.</p> <p>Agradecemos pela sugestão e esclarecemos que a mesma já se encontra contemplada pelas definições de PONTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA ISOLADO e TERMINAL, conforme seção 5.6.1 do ANEXO 5 – CADERNO DE ENCARGOS.</p> |

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|--|--|--|---|--|
| | | | <p>Luzia, ainda assim seria necessário elaborar os projetos luminotécnicos (escopo contratual) para permitir a adequada estimativa da quantidade de novos pontos de iluminação pública que deverão ser implantados nesses logradouros, com a finalidade de assegurar o atendimento aos padrões técnicos, o atendimento às alterações na classificação das vias, o atendimento aos parâmetros de desempenho e a eliminação de pontos escuros;</p> <p>que o endereçamento de riscos previamente imensuráveis aos particulares em contratos de PPP não se mostra recomendável sob a ótica da economicidade e eficiência, pois induz os potenciais licitantes a majorarem suas propostas comerciais com o objetivo de se proteger do referido risco, havendo nesse cenário a perspectiva de o Poder Concedente acabar desembolsando valores para cobrir determinados riscos que podem ou não se concretizar, ou podem simplesmente se concretizar em patamares financeiros inferiores ao estimado pela iniciativa privada;</p> <p>que quando os particulares se veem obrigados a contemplar em suas propostas riscos e imprecisões imensuráveis há a possibilidade clara de prejuízo ao princípio da busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública (art. 37, XXI da Constituição Federal), além da perspectiva de a própria comparação entre as propostas se mostrar prejudicada em razão da consideração, pelos licitantes, de premissas fáticas e técnicas distintas; e</p> | |
|--|--|--|---|--|

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | | | <p>diante do cenário acima descrito, que em razão do disposto na cláusula 35.6 os potenciais licitantes serão obrigados a estimar, sem qualquer base técnica confiável, o número de pontos novos a serem instalados em “LOGRADOUROS PÚBLICOS EXISTENTES”, o que implicará a necessidade de o Poder Concedente "pagar" por essas estimativas ainda que elas não se confirmem, com potencial risco para a economicidade do empreendimento;</p> <p>que mesmo nos “LOGRADOUROS PÚBLICOS EXISTENTES” que possuem “REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA” há trechos ou quarteirões desprovidos de rede e pontos de iluminação pública (“trechos não iluminados”);</p> <p>que a instalação de rede e pontos de iluminação pública nestes “trechos não iluminados” corresponde na prática à instalação de novos “PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA” em “LOGRADOUROS PÚBLICOS NOVOS”;</p> <p>que os “SERVIÇOS COMPLEMENTARES” consomem créditos do “BANCO DE CRÉDITOS”; são executados por solicitação do “PODER CONCEDENTE” e englobam: “(i) instalação ou realocação de PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA em LOGRADOUROS PÚBLICOS NOVOS; (ii) instalação ou realocação de novos PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA em LOGRADOUROS PÚBLICOS EXISTENTES, ressalvado o disposto na Cláusula 17.6 deste CONTRATO; ou (iii) operação e manutenção de novos PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA instaladas por terceiros”; e</p> | |
|--|--|--|--|--|

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | <p>que a instalação de novos “PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA” nesses “trechos não iluminados” tem o propósito de prover claridade a trecho dela desprovido, o que consiste em etapa anterior à própria preocupação em adequar a iluminação existente aos parâmetros luminotécnicos do Edital, razão pela qual a iluminação dos “trechos não iluminados” não se enquadra nas hipóteses da Cláusula 35.6 do Contrato.</p> <p>Sugerimos a modificação da cláusula 35.6 da Minuta de Contrato (Anexo 1) para que passe a constar norma no sentido de a instalação ou realocação de pontos de iluminação pública em “LOGRADOUROS PÚBLICOS EXISTENTES” onde houver trechos ou quarteirões desprovidos de rede e pontos de iluminação pública (“trechos não iluminados”) acarretará o consumo de créditos do "BANCO DE CRÉDITOS", ainda que tais instalações ou realocações sejam realizadas para viabilizar a eliminação de pontos escuros em “trechos não iluminados”, o atendimento aos padrões técnicos, às classificações das vias e aos parâmetros de avaliação de desempenho.</p> <p>Segue sugestão de redação:</p> <p>“35.6. Será considerado no cômputo de créditos do BANCO DE CRÉDITOS e são consideradas como SERVIÇOS COMPLEMENTARES a instalação ou realocação, por parte da CONCESSIONÁRIA, de PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA para (i) cumprimento da obrigação prevista nas Subcláusulas 33.2.1 e 33.2.2 e respectivos subitens (ii) atendimento aos requisitos luminotécnicos e de eficiência da CONCESSÃO previstos no ANEXO 5 em virtude de alterações na CLASSE das vias ao longo</p> | |
|--|--|--|--|

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|------|--|--|---|--|
| | | | do PRAZO DA CONCESSÃO e (iii) eliminação de pontos escuros em trechos não iluminados.” | |
| 2.14 | Glossário (Anexo 3) Caderno de Encargos (Anexo 5) | Área da Concessão no Anexo 3 e Caderno de Encargos (Anexo 5) - Item 4.2.2 | <p>Considerando:</p> <p>(a) que Glossário (Anexo 3) estabelece que a "ÁREA DA CONCESSÃO" “correspondente a todo o território do MUNICÍPIO, englobando todos os PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA e toda a infraestrutura da REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA contida dentro desse limite territorial”;</p> <p>(b) que o Caderno de Encargos (Anexo 5) estabelece que:</p> <p>“para elaboração do PLANO DE MODERNIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá priorizar as CLASSES das vias e Regiões Administrativas do MUNICÍPIO, na seguinte ordem:</p> <p>i. CLASSES V1, V2 e V3;</p> <p>[...]</p> <p>c. Zona Rural;”</p> <p>(c) que os estudos realizados e divulgados pelo próprio Município, especificamente aquele denominado "Caderno 1 - Diagnóstico da Rede de IP" , não possui qualquer dado em relação a rede de iluminação pública da Zona Rural do Município de Santa Luzia;</p> <p>(d) que os documentos vinculativos da licitação nada mencionam quanto aos PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA na área rural do MUNICÍPIO;</p> | Agradecemos o envio da contribuição e informamos que para fins de definição da ÁREA DA CONCESSÃO deve ser considerada a definição estabelecida no CONTRATO e em seus ANEXOS. |

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | <p>(e) que os documentos vinculativos da licitação não apresentam qualquer dado/informação a respeito da REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA na área rural, por exemplo, número de pontos e extensão da rede;</p> <p>(f) que até mesmo os documentos não vinculativos da licitação (Relatório de Engenharia, Diagnóstico da Rede de IP, Plano de Investimentos e Operações) não possuem qualquer informação quanto à REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA e PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA das áreas rurais do MUNICÍPIO;</p> <p>(g) que o CADASTRO BASE da REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA não contempla os pontos da área rural do MUNICÍPIO; e</p> <p>(h) que a ausência de definição de forma clara e objetiva quanto aos dados dos PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA nas áreas rurais ir prejudicar a elaboração de proposta comercial adequada.</p> <p>Sugerimos que o edital e seus anexos sejam ajustados para esclarecer, de forma mais assertiva, se o escopo do contrato licitado abrangerá ou não a operação, manutenção, modernização, operação e eficientização dos PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA existentes na zona rural do MUNICÍPIO.</p> <p>Em caso positivo, destaca-se a necessidade de que sejam apresentados os dados qualitativos e quantitativos das redes e</p> | |
|--|--|--|--|

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|------|---|---------------------|--|---|
| | | | <p>pontos de iluminação pública existentes na zona rural do Município de Santa Luzia.</p> <p>Em caso negativo, sugere-se que seja suprimida a obrigação de o “PLANO DE MODERNIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO” contemplar os pontos da zona rural, já que tal obrigação deixaria de fazer sentido se a Concessionária não for assumir a responsabilidade pela gestão dos referidos pontos de IP.</p> | |
| 2.15 | Diretrizes Ambientais Mínimas (Anexo 7) | Itens 5.1.3 e 5.1.6 | <p>Considerando:</p> <p>(a) que tecnicamente o termo “poluente” se refere a substância presente em concentrações maiores que as naturais, como resultado da atividade humana, e que tem efeito negativo sobre o ambiente ou algo de valor no ambiente;</p> <p>(b) que tecnicamente o termo “contaminante” se refere a substância que resulta em desvio da composição normal do ambiente; em outras palavras que substância “contaminante” só será “poluente” se causar efeito negativo ao meio ambiente; e</p> <p>(c) que a inadequada utilização do termo "poluente" ao invés de "contaminante" obrigará a Concessionária a rastrear desnecessariamente o descarte de qualquer material retirado do parque de iluminação pública, dificultando, inclusive, a comercialização do material "salvado".</p> <p>Sugere-se, então, a substituição da expressão “poluente(s)” pela expressão “contaminante(s)” em todo o Anexo 7</p> | <p>SUGESTÃO ACATADA.</p> <p>Agradecemos o envio da contribuição e informamos que o termo poluente foi substituído por contaminante.</p> |

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|------|--------|--------------------------------|---|---|
| | | | (Diretrizes Ambientais Mínimas), em especial nos itens 5.1.3. e 5.1.6. | |
| 2.16 | Edital | Item 10.6 | <p>Considerando:</p> <p>que o item 10.6 do Edital determina que a GARANTIA DA PROPOSTA deverá ter prazo mínimo de 1 (um) ano, a contar da DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES;</p> <p>porém, que o item 11.4 do Edital estabelece que a PROPOSTA COMERCIAL deverá ser válida por no mínimo 180 (cento e oitenta) dias, contados da DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES;</p> <p>que, por obvio, é incoerente contratar garantia da proposta (validade de 1 ano) por período de validade maior do que a própria PROPOSTA COMERCIAL (180 DIAS); e</p> <p>que quanto maiores os períodos de validades da GARANTIA DA PROPOSTA e da PROPOSTA COMERCIAL, maiores serão os custos das PROPONENTES com a formulação de suas propostas.</p> <p>Sugere-se, que o item 10.6 do Edital seja modificado para que o prazo de validade da GARANTIA DA PROPOSTA seja de 180 (cento e oitenta) dias contados da DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES, ou seja, mesmo período de validade da PROPOSTA COMERCIAL.</p> | <p>SUGESTÃO PARCIALMENTE ACATADA.</p> <p>Agradecemos pela sugestão e comunicamos que o item será revisto.</p> |
| 2.17 | Edital | Edital - Itens 16.1 e 16.1.1.1 | Considerando: | SUGESTÃO PARCIALMENTE ACATADA. |

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|--|-----------------------------------|--|--|---|
| | Cronograma da Licitação (Anexo 4) | Cronograma da Licitação (Anexo 4) – Evento 9 | <p>que de acordo com o item 16.1 do Edital e Evento 9 do Cronograma da Licitação (Anexo 4) a fase recursal será única, cumulando em um único momento recursos acerca das GARANTIAS DAS PROPOSTAS, PROPOSTAS COMERCIAIS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO;</p> <p>porém, o item 16.1.1.1 abre a possibilidade de uma mesma publicação referir-se à classificação e habilitação da PROPONENTE, ou seja, há a possibilidade de fase recursal não ser única;</p> <p>que a interposição de recurso acerca da GARANTIA DA PROPOSTA após a fase de lances poderá ensejar a revogação da etapa de lances e, consequentemente, revogação de todo procedimento licitatório. Isto, na hipótese de, em sede de recurso administrativo, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO admitir e/ou reconhecer erro atinente à aceitação (ou não) da Garantia da Proposta de uma determinada PROPONENTE;</p> <p>que, em outras palavras, se a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO deixar de aceitar a GARANTIA DA PROPOSTA de uma PROPONENTE, impedindo-a de participar das fases de abertura das PROPOSTAS DE PREÇOS e lances a viva-voz, e, posteriormente, após interposição de recurso administrativo, restar demonstrado que a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO deveria ter aceitado a GARANTIA DA PROPOSTA desta PROPONENTE, as fases de abertura das PROPOSTAS DE PREÇOS, lances a viva-voz e análise das habilitações restaram igualmente viciadas, haja vista que estas irão ter ocorrido sem</p> | Agradecemos o envio da contribuição e informamos que o edital será revisto para evitar a contradição entre seus dispositivos. |
|--|-----------------------------------|--|--|---|

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|------|---|--|--|---|
| | | | <p>a devida participação da POROPONENTE impedida pela Comissão equivocadamente; e</p> <p>que na hipótese apresentada acima não há alternativa para “salvar” o procedimento licitatório, senão a revogação de todo procedimento e republicação de novo Edital.</p> <p>Pelo exposto, sugere-se que a fase recursal não seja única, especialmente no que concerne às GARANTIAS DAS PROPOSTAS. Assim, o Edital deve ser alterado para que (ao menos) a fase de recurso acerca da GARANTIA DA PROPOSTA seja anterior às fases de abertura das PROPOSTAS DE PREÇOS e lances a viva-voz.</p> | |
| 2.18 | <p>Contrato (Anexo 1)</p> <p>Matriz de Risco (Anexo 15)</p> | <p>Contrato (Anexo 1) – Item 104</p> <p>Matriz de Risco (Anexo 15) – Item 11</p> | <p>Considerando:</p> <p>que o item 104 do Contrato (Anexo 1) estabelece que é risco da Concessionária a “estimativa incorreta ou elevação dos custos de instalação, operação e/ou manutenção de PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA para cumprimento das obrigações contratuais, inclusive no que tange à necessidade de instalação, operação e manutenção de SISTEMA DE TELEGESTÃO, e eventuais adequações em função da alteração de CLASSE das vias ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO;</p> <p>sobretudo, que o item 11 da Matriz de Risco (Anexo 15) determina que o risco de variação do número de pontos de iluminação pública superior/inferior a 10% ao previsto no Edital é risco compartilhado entre Parceiro Público/Privado;</p> | <p>Agradecemos a sugestão e informamos que o item será revisto.</p> |

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|--|--|--|---|--|
| | | | <p>porém, que o Contrato (Anexo 1) não deixa claro o endereçamento do risco decorrente da variação do número de pontos como prevê o item 11 da Matriz de Risco;</p> <p>que os documentos vinculativos da licitação (Edital, Contrato e Anexos) não estabelece de forma expressa que o Parque de Iluminação Pública atual possui 22.386 (vinte e dois mil trezentos e oitenta e seis) PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA;</p> <p>que a atribuição de riscos previamente imensuráveis aos particulares em contratos de PPP não se mostra recomendável sob a ótica da economicidade e eficiência, pois induz os potenciais licitantes a majorarem suas propostas comerciais com o objetivo de se proteger do referido risco, havendo nesse cenário a perspectiva de o Poder Concedente acabar desembolsando valores para cobrir determinados riscos que podem ou não se concretizar, ou podem simplesmente se concretizar em patamares financeiros inferiores ao estimado pela iniciativa privada; e</p> <p>que quando os particulares se veem obrigados a contemplar em suas propostas riscos e imprecisões imensuráveis há a possibilidade clara de prejuízo ao princípio da busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública (art. 37, XXI da Constituição Federal), além da perspectiva de a própria comparação entre as propostas se mostrar prejudicada em razão da consideração, pelos licitantes, de premissas fáticas e técnicas distintas;</p> <p>Assim, sugerimos que seja estipulado expressamente no Contrato (Anexo 1) que, a exemplo do que já estabelece o item</p> | |
|--|--|--|---|--|

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|------|--------------------|-------------------------------|---|--|
| | | | <p>11 da Matriz de Risco (Anexo 15), a Concessionária será responsável pela variação do número de pontos de iluminação pública até do limite máximo de 10% (para mais ou para menos), considerando para cômputo deste percentual o quantitativo de 22.386 (vinte e dois mil trezentos e oitenta e seis) PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA do Parque de Iluminação Pública atual.</p> <p>E, prever ainda que, por outro lado, qualquer variação acima do limite estabelecido pelo item anterior será evento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato em favor do Poder Concedente ou da Concessionária, conforme o caso.</p> | |
| 2.19 | Contrato (Anexo 1) | Contrato (Anexo 1) – Item 123 | <p>Considerando:</p> <p>que o item 123 do Contrato endereça à Concessionária o risco de “eventual perecimento, destruição, roubo, furto, perda ou quaisquer outros tipos de danos causados aos BENS VINCULADOS não cobertos pelas apólices de seguro contratadas pela CONCESSIONÁRIA ou pela garantia do fabricante, inclusive os decorrentes de atos de vandalismo e atos decorrentes de manifestações sociais e/ou públicas”;</p> <p>(b) que a atribuição de riscos previamente imensuráveis aos particulares em contratos de PPP não se mostra recomendável sob a ótica da economicidade e eficiência, pois induz os potenciais licitantes a majorarem suas propostas comerciais com o objetivo de se proteger do referido risco, havendo nesse cenário a perspectiva de o Poder Concedente acabar desembolsando valores para cobrir determinados riscos que</p> | Agradecemos a sugestão e informamos que o item será revisto. |

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|--|--|--|---|--|
| | | | <p>podem ou não se concretizar, ou podem simplesmente se concretizar em patamares financeiros inferiores ao estimado pela iniciativa privada;</p> <p>(c) que quando os particulares se veem obrigados a contemplar em suas propostas riscos e imprecisões imensuráveis há a possibilidade clara de prejuízo ao princípio da busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública (art. 37, XXI da Constituição Federal), além da perspectiva de a própria comparação entre as propostas se mostrar prejudicada em razão da consideração, pelos licitantes, de premissas fáticas e técnicas distintas;</p> <p>(d) que é impossível para os potenciais licitantes contratar apólices de seguro que possam cobrir, de forma ilimitada e indefinida, os prejuízos decorrentes de furtos e atos de vandalismo; e</p> <p>(e) que o Município possui dados estatísticos acerca dos furtos, vandalismo e abalroamentos que foram, inclusive, utilizados pelo Plano de Investimentos e Operações (Caderno 3) - documento não vinculativo da licitação.</p> <p>Sugerimos que seja estipulado limite anual de responsabilidade da concessionária por prejuízos decorrentes de eventuais furtos, atos de vandalismo e abalroamentos, consubstanciado em no máximo 1% (um por cento) da quantidade de pontos de iluminação pública existente no parque municipal.</p> | |
|--|--|--|---|--|

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|------|----------|-------------|---|--|
| | | | <p>Segue sugestão de redação para o item 123 da Minuta de Contrato (Anexo 1):</p> <p>“123. Eventual perecimento, destruição, roubo, furto, perda ou quaisquer outros tipos de danos causados aos BENS VINCULADOS não cobertos pelas apólices de seguro contratadas pela CONCESSIONÁRIA ou pela garantia do fabricante, inclusive os decorrentes de atos de vandalismo e atos decorrentes de manifestações sociais e/ou públicas, observado o limite anual máximo de 1% (um por cento) do número de PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. Os prejuízos ou danos que tenham impactado um número de PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA que exceda o limite anual de 1% (um por cento) acima estipulado serão arcados pelo PODER CONCEDENTE.”</p> | |
| 2.20 | Contrato | Item 37.2.9 | <p>Considerando:</p> <p>que o objeto da PPP consiste na concessão administrativa dos serviços de iluminação pública no Município de Santa Luzia, incluindo a implantação, instalação, recuperação, modernização, eficientização, expansão, operação, manutenção e melhoramento da rede municipal de iluminação pública;</p> <p>porém, que o item 37.2.9 determina que é obrigação da Concessionária “identificar as interferências nos PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA em razão da presença de arborização no MUNICÍPIO e solicitar ao PODER CONCEDENTE autorização para a realização das podas necessárias conforme procedimentos e especificações estabelecidas no ANEXO 07.</p> | <p>SUGESTÃO NÃO ACATADA.</p> <p>A execução do serviço de poda de vegetação arbórea será feita apenas nos locais onde seja identificado interferência com iluminação pública com base nos procedimentos expressos no ANEXO 7, mediante aprovação prévia do poder concedente, sendo, portanto, atividade de manutenção da qualidade do serviço de iluminação pública conforme prevê a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no artigo 149-A.</p> |

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | <p>Fica facultado ao PODER CONCEDENTE acompanhar a realização das intervenções”;</p> <p>que os serviços de podas são executados no âmbito de contratos estranhos aos contratos para operação e manutenção da REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA;</p> <p>que os serviços de poda não se enquadram como atividade típica dos serviços de iluminação pública, sendo inapropriado a utilização da CIP para custear estes serviços, o que repercute negativamente na segurança jurídica do projeto;</p> <p>que a previsão de atividades não relacionadas diretamente ao objeto da PPP irá prejudicar e encarecer a prestação dos serviços pela Concessionária, haja vista a menor (ou nenhuma) sinergia existente entre tais atividades e o objeto da PPP;</p> <p>que a exigência da execução das podas, mesmo que restrita às interferências, é vazia, na medida em que não existem dados (nem nos estudos) acerca das estimativas (quantitativos e custos) destes serviços, o que compromete a formulação das PROPOSTAS COMERCIAIS pelas PROPONENTES;</p> <p>que, na hipótese de as interferências serem relevantes, demandando elevado grau de empenho/esforço da Concessionária o equilíbrio econômico-financeiro do contrato será afetado, sem que exista qualquer hipótese de reequilíbrio a este respeito; e</p> | |
|--|--|--|--|

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|------|---|-------------------------------|--|---|
| | | | <p>que a ausência de regulamentação, de forma clara e objetiva dos serviços que devem ser executados pela futura Concessionária no tocante as podas, impede o julgamento objetivo das propostas (contrariando os termos dos artigos 3º e 44 da Lei Federal n. 8.666/1993) e cria um cenário de insegurança jurídica, que pode prejudicar a seleção da proposta mais vantajosa e restringir a competitividade do certame.</p> <p>Por todo exposto, sugere-se a exclusão dos serviços de poda, mesmo que restrita apenas às interferências, do escopo dos serviços do futuro parceiro privado.</p> | |
| 2.21 | Erros Materiais | | <p>A seguir são apontados, para a devida correção, itens nos quais foram identificados erros materiais de remissão:</p> <p>Item 16.1 do Edital; Item 22.1.1 do Contrato (Anexo 1); Item 144.5 do Contrato (Anexo 1); Item 173.1 (b) do Contrato (Anexo 1); Carta de Apresentação dos Documentos de Habilitação (Anexo 2) – item 1; Declarações e Termos às fls. 7, 12, 14, 16 e 20 do Anexo 2; e Definição de SERVIÇOS COMPLEMENTARES do Glossário (Anexo 3), a remissão correta é 35.6 e não 17.6.</p> | Agradecemos a sugestão e informamos que os itens serão revistos. |
| 2.22 | Contrato (Anexo 1) Caderno de Encargos (Anexo 5) | Caderno de Encargos (Anexo 5) | <p>Considerando:</p> <p>que o PLANO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL deverá ser apresentado em apenas 15 (quinze) dias contados da data de publicação do extrato do Contrato de PPP no Jornal Minas Gerais (item 27.2 do Contrato);</p> | <p>SUGESTÃO NÃO ACATADA.</p> <p>Agradecemos pela sugestão e comunicamos que os prazos constantes do item em referência serão reavaliados.</p> |

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | <p>Prazos Contratuais</p> <p>que o PLANO DE MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO deve ser submetido à aprovação do PODER CONCEDENTE em até 90 (noventa) dias da DATA DE EFICÁCIA, ou, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de assinatura do CONTRATO, o que ocorrer por último (item 32.2 do Contrato);</p> <p>que a CONCESSIONÁRIA elaborar e encaminhar ao PODER CONCEDENTE em até 15 (quinze) dias após a aprovação pelo PODER CONCEDENTE do PLANO PILOTO DE MODERNIZAÇÃO, (i) o projeto executivo, conforme condições previstas no CONTRATO e no ANEXO 5 (item 29.4 do Contrato); e</p> <p>que os prazos concedidos para execução dos serviços pela Concessionária são (em regra) bastantes curtos. Sugere-se que sejam revistos todos os prazos estipulados para execução dos serviços pela Concessionaria, de modo a torná-los compatíveis com os esforços exigidos para execução de cada um destes respectivos serviços.</p> | |
|--|--|--|--|

3 Gilberto Nunes Vieira

| Nº | DOCUMENTO | ITEM | ESCLARECIMENTO SOLICITADO | Resposta |
|-----|-----------|------|---|--|
| 3.1 | - | - | <p>Proponho duas EMENDAS, ao projeto: 1º Que um valor mínimo da redução da taxa fique definida na PPP, mesmo que não haja deságio no leilão, se houver deságio que a taxa seja corrigida proporcionalmente. O prefeito pode fazer se quiser e aí sim a população terá uma garantia na redução. 2º A inclusão da instalação de uma USINA SOLAR. A prefeitura tem o recurso</p> | Agradecemos a sugestão e esclarecemos que a administração pública está empenhada em desenvolver projetos que beneficiem a comunidade luziense. |

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | | | <p>próprio que permite a instalação, caso não queira disponibilizar o recurso, pode financiar no BNDES a uma taxa de 0,9% AO ANO, isso mesmo 0,075 ao mês, que financiou os jatinhos do Luciano Huck e Dóiria. A despesa com a iluminação pública cairá praticamente a ZERO, a usina solar pode também gerar energia para as UPAS's, ESCOLAS, SEDE DA PREFEITURA, etc. Com o valor de R\$500.000,00 que é pago para a iluminação por mês, o financiamento é quitado em cinco anos. Vamos lá Prefeito e Vereadores, FAÇAM ACONTECER!!!!</p> | |
|--|--|--|--|--|

4 SIGNIFY ILUMINAÇÃO BRASIL LTDA.

| Nº | DOCUMENTO | ITEM | ESCLARECIMENTO SOLICITADO | Resposta |
|-----|-------------------------------|---------------|--|---|
| 4.1 | ANEXO 5 – CADERNO DE ENCARGOS | 5.2 – Pág. 28 | <p>A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar um ponto de acesso completo ao sistema de CCO em local indicado pelo PODER CONCEDENTE, denominado “CCO Espelho”. A CONCESSIONÁRIA será responsável por fornecer e instalar os equipamentos e softwares necessários, bem como prover a conexão de dados e suporte técnico para o uso do CCO Espelho e garantir o acesso com perfil de usuário ao SCGO.</p> <p>Entendemos que caso o sistema opere em formato “nuvem”, com servidores alocados fora do projeto, os servidores “espelho” estarão também alocados na nuvem. Nosso entendimento está correto?</p> | Ressaltamos que cabe à CONCESSIONÁRIA definir a metodologia para alocação dos servidores do CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL, do CCO Espelho e/ou do SISTEMA DE TELEGESTÃO. |
| 4.2 | ANEXO 5 – CADERNO DE ENCARGOS | 5.2.2.ii.p | <p>Permitir a exportação de dados para aplicativos comerciais de produção de documentos (Word/Excel), outros bancos de dados (Access/SQL Server) e, quando aplicável, para aplicativos CAD e/ou GIS.</p> | Agradecemos a contribuição e esclarecemos que o item será revisto. |

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|-----|-------------------------------------|---------------------|--|---|
| | | | Entendemos que os formatos de exportação mencionados são exemplos e que o sistema deve permitir que os dados alocados sejam disponibilizados para outras plataformas. Nosso entendimento está correto? | |
| 4.3 | ANEXO 5 – CADERNO DE ENCARGOS | 5.9 | <p>O SISTEMA DE TELEGESTÃO deverá suportar protocolos abertos de comunicação quando necessário (por exemplo, TCP/IP, 802.15.4, 6LoWPAN, Bluetooth Low Energy - BLE) e deverá ser escalável, confiável e rápido.</p> <p>Entendemos que os protocolos mencionados são sugestões de protocolo que podem ser usados e que, caso o fabricante trabalhe com outro protocolo igual ou superiormente aberto será permitido. Nosso entendimento está correto?</p> | O entendimento está correto. |
| 4.4 | ANEXO 5 – CADERNO DE ENCARGOS | 5.9.2 – Pág. 109 | <p>Os servidores utilizados no SISTEMA DE TELEGESTÃO e/ou no CCO (sejam próprios ou solução em nuvem) devem estar localizados preferencialmente em território brasileiro, sendo necessários que pelo menos o backup de todos os sistemas esteja localizado em território brasileiro. No caso de contratação de operadora em nuvem, a empresa deve responder juridicamente em território brasileiro.</p> <p>Entendemos que no caso de operação do sistema em nuvem, a empresa que fornece o sistema deve fazer-se responsável pela operação e segurança do sistema de servidores, não necessariamente o fornecedor dos servidores em si. Nosso entendimento está correto?</p> | Ressaltamos que a tipologia de estruturação do SISTEMA DE TELEGESTÃO e/ou CCO deve ser definida pela CONCESSIONÁRIA, não obstante, todos os riscos e responsabilidades consequentes dessa definição serão alocados na própria CONCESSIONÁRIA. |
| 4.5 | ANEXO 5 – CADERNO DE ENCARGOS | 5.9.2.xix | Exportação de mapas em formato KMZ (Google Earth) de forma nativa e interativa, sem customização por meio de código fonte. | O entendimento não está correto. A CONCESSIONÁRIA deverá implantar plataforma para controle do SISTEMA DE TELEGESTÃO que garanta a exportação de mapas em formato |

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

| | | | | |
|-----|-------------------------------------|----------|--|--|
| | | | Entendemos que a exportação em formato KMZ serviria para integração com outros sistemas e, caso a integração possa ser realizada de outra forma (como a utilização de APIs), o formato nativo KMZ não seria obrigatório. Nosso entendimento está correto? | KMZ, independentemente da solução adotada pela CONCESSIONÁRIA. |
| 4.6 | ANEXO 5 – CADERNO DE ENCARGOS | 5.9.4.ii | Os dispositivos de campo deverão ser controlados através do mesmo ambiente da plataforma de telegestão, independente da tecnologia adotada em campo. Entendemos ser obrigatório que o sistema possa interconectar diversos estilos de conectividade na mesma plataforma. Nosso entendimento está correto? | O entendimento não está correto. Esclarecemos a exigência de que o mesmo ambiente da plataforma deve ser capaz de controlar os dispositivos de campo independentemente da solução definida pela CONCESSIONÁRIA, não somente relativo ao estilo de conectividade. |